

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

16 de junho de 2021



Nos próximos dias, o Brasil alcançará triste marca de meio milhão de vidas perdidas para a Covid-19. Em uma das últimas declarações sobre o tema, o presidente citou um falso relatório do Tribunal de Contas da União para defender que há um superdimensionamento das mortes por Covid. Ele também anunciou que pretende liberar pessoas já vacinadas ou que já tiveram Covid do uso de máscaras. Felizmente, Bolsonaro foi desmentido pelo TCU.

O reduzido número de vacinas faz com que inúmeros projetos de lei, requerimentos e indicações sejam apresentadas. A maior parte é para integrar diferentes grupos e categorias à lista de prioridades do Plano Nacional de Vacinação divulgada pelo Ministério da Saúde.

As deputadas Gleisi Hoffmann (PT/PR) e Érika Kokay (PT/DF) apresentaram o Requerimento 1213/2021 para a alteração da designação da Câmara dos Deputados por Câmara Federal. Na justificativa as autoras argumentam que “embora seja grande o desafio de romper com as estruturas do machismo estrutural, acreditamos que esta medida é relevante simbolicamente para o aprofundamento da experiência democrática por uma composição legítima no Legislativo Federal como diretriz afirmativa para o avanço da participação das mulheres na política”.

E, falando em participação política das mulheres, a deputada Erika Kokay (PT/DF) apresentou o REQ 79/2021 para a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir a injúria, as ameaças, agressões e violência que têm vitimado vereadoras e vereadores nos diversos municípios do Brasil.

No texto para a coluna Baderna Feminista/Outras Palavras o Cfemea entrevistou a pesquisadora Emanuelle Góes que falou da Covid e a desigual morte materna no Brasil, e de como o racismo estrutural está entranhado na sociedade brasileira, sobretudo no acesso à saúde da população negra.

RESULTADOS DA AGENDA DA SEMANA

07 A 11 DE JUNHO

A Comissão dos Direitos da Mulher – CMulher, deliberou sobre algumas propostas, entre elas: PL 3391/2019, de autoria do deputado Fábio Faria (PSD/RN), para dispor sobre a prioridade na assistência psicológica às mulheres que sofreram aborto espontâneo, nos casos permitidos em Lei ou na ocorrência de óbito perinatal. Aprovado o parecer favorável. Matéria vai à Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF.

E PL 810/2020, de autoria do deputado José Guimarães (PT/CE), para que se estimule e facilite a titulação de terras a mulheres trabalhadoras rurais no âmbito da reforma agrária. Aprovado o parecer favorável. Matéria vai à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR.

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), aprovou o parecer favorável ao PL 2737/2019, de autoria do deputado André Ferreira (PSC/PE), para estabelecer prioridade de atendimento social, psicológico e médico a mulheres vítimas de violência. A matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJC.

PAUTA DA SEMANA

DE 14 A 18 DE JUNHO

CÂMARA

A Comissão de Seguridade Social e Família discute na quarta-feira (16 de junho) sete projetos de leis, entre estes:

PL 853/2019 – deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP), que acrescenta ao calendário oficial a "Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes", a ser celebrada anualmente em 15 de agosto;

PL 10043/2018 – deputado Fábio Trad (PSD-MS) que pretende instituir advertência nas embalagens de anticoncepcionais a respeito dos riscos de tromboembolismo, embolia pulmonar, trombose cerebral, trombose venosa profunda e acidente vascular cerebral.

[Confira a agenda das Comissões aqui!](#)

Projeto perigoso na pauta

No Plenário da Câmara está em pauta o PL 1.360/2021 – deputadas Alê Silva (PSL/RJ) e Carla Zambelli (PSL/SP) que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes, nos termos do art. 227 da Constituição Federal de 1988. O PL altera o Código Penal para aumentar as penas do infanticídio, abandono de incapaz e maus tratos, imputar as mesmas penas a quem, sabendo do fato, se omite, e cria o crime de infanticídio fora do período puerperal. O PL ainda depende dos pareceres das Comissões de: Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

SENADO

No Senado Federal continuam os depoimentos da CPI. Na pauta do Plenário, nesta terça-feira (15), está em discussão PL 2112/2021 – Senador Jean Paul Prates que pretende incluir lactantes como grupo prioritária na vacinação contra Covid-19. A relatora Zenaide Maia ainda não emitiu parecer.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

E o PSL segue apresentando propostas contra o aborto

PL 2125/2021, de autoria do deputado Junio Amaral (PSL/MG), aumenta as penas do crime de aborto, previsto nos artigos 124, 125 e 126 do Código Penal. Chama a atenção que uma das justificativas para o projeto é o “recrudescimento da legislação quanto à punição de crimes envolvendo bens jurídicos de menor gravidade, como é o caso da denominada “Lei Sansão”, que aumentou a pena do delito de maus tratos aos animais”. Ou seja, em vez de questionar esse foco excessivo e exclusivo na punição como solução para os problemas, a proposta opta por punir ainda mais.

Seguem as investidas contra a igualdade de gênero

RIC 803/2021, de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ) solicita ao Ministro da Educação, informações a respeito do “Manual de Sobrevivência da Primeira Vez”, produzido e divulgado pelo “Compasso: Laboratório de Comunicação Publicitária Aplicada à Saúde e à Sociedade, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)”, questionando sua pertinência, entre outras coisas pela publicação utilizar linguagem inclusiva; e sugerindo sua supressão.

Nesse governo, os ataques contra as universidades seguem vários caminhos, além do evidente sucateamento com cortes radicais dos recursos nelas investidos. Um deles é intimidar sua produção. A tentativa de suprimir este guia de orientação para adolescentes e jovens a respeito da virgindade e de suas primeiras experiências sexuais é mais um exemplo.

Disciplinar as atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes é o que sugere o PL 2058/2021, de autoria do deputado Tiago Dimas (SOLIDARI/TO).

Possibilidade de uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para tratamento de reprodução assistida é o que propõe o PL 1858/2021, de autoria do senador Lasier Martins (PODEMOS/RS).

E qual o medo da linguagem inclusiva?

PL 2114/2021, de autoria do deputado Loester Trutis (PSL/MS), veda expressamente o ensino da linguagem neutra em todas as instituições de ensino públicas e privadas de todo território nacional e aplica multa às instituições privadas que violarem a norma.

Mais propostas para enfrentar a pobreza menstrual

PL 2092/2021, de autoria do deputado Pinheirinho (PP/MG), dispõe sobre a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para as mulheres em situação de vulnerabilidade social e jovens alunas do sistema educacional público; e PL 1666/2021, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), assegura o acesso gratuito às mulheres em idade reprodutiva a absorventes higiênicos.

Incentivo à participação de mulheres, jovens e negros na política

PL 2057/2021, de autoria do deputado Tiago Dimas (SOLIDARI/TO) altera a Lei Eleitoral, para autorizar o Tribunal Superior Eleitoral a requisitar das companhias aéreas que veiculem em seus voos comerciais domésticos propaganda institucional, comunicados, boletins e instruções ao eleitorado com o fim de incentivar a participação feminina, dos jovens e da comunidade negra na política, bem como de esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro.

Reserva de vagas para mulheres no Senado

PL 2099/2021, de autoria do deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), altera o Código Eleitoral para reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas.

Selo para empresas que apoiarem a inserção de mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho é o que propõe o PL 2062/2021, de autoria do deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO).

Criar o crime de estupro de vulnerável praticado mediante emprego de violência ou grave ameaça é o que sugere o PL 2097/2021, de autoria da senadora Nilda Gondim (MDB/PB).

Mais uma vedando a participação atletas transgêneros nas competições femininas

PL 2139/2021, de autoria do deputado Nivaldo Albuquerque (PTB/AL), dispõe sobre a garantia e igualdade de condições de competir nas partidas e certames competitivos femininos de todas as categorias e modalidades desportivas.

Justiça comum para militares da ativa envolvidos em violência doméstica

PL 2117/2021, de autoria da deputada Policial Katia Sastre (PL/SP), altera o Código Penal Militar a fim de atribuir à justiça comum a competência para o julgamento de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação.

Ações afirmativas para a população negra

PL 2067/2021, de autoria da deputada Benedita da Silva (PT/RJ), altera a Lei de Licitações e Contratos Administrativos para permitir que o edital exija que o contratado reserve pelo menos 30% (trinta por cento) dos postos de trabalho a empregados negros.

VALE A PENA CONFERIR!



SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia:

Seminário Mulheres Insurgentes Pela Vida e Por Democracia - 40 anos SOS Corpo



Revista Piauí

TERRIVELMENTE TERRÍVEL: Diversidade religiosa faz bem a um tribunal, mas Bolsonaro quer mesmo um vendilhão da Constituição - daí vem a força de André Mendonça para chegar ao Supremo



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.